

Para Zaca



151

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS IV – NÚCLEO JACOBINA.

CURSO DE PEDAGOGIA – HABILITAÇÃO PARA PROFESSORES DAS SÉRIES

INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

“A ESCOLA E O TRABALHO INFANTIL: UM ESTUDO
DE CASO NO MUNICÍPIO DE PIRITIBA”

LEUZA LIMA NUNES

MARIA DA GLÓRIA FRANCISCA BRANDÃO

MARIA MADALENA SILVA DE OLIVEIRA

ROSILDA GOMES CUNHA

151

PIRITIBA/BA.

NOV/2001.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB.
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS IV – NÚCLEO JACOBINA.
CURSO DE PEDAGOGIA – HABILITAÇÃO PARA PROFESSORES DAS SÉRIES
INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Trabalho apresentado, ao professor orientador Carlos Zacarias F. de Sena Júnior, em cumprimento às exigências para conclusão do curso de Pedagogia – Habilitação para professores nas séries iniciais do Ensino Fundamental da Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

PIRITIBA/BA.

NOV/2001

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB.
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS IV – NÚCLEO JACOBINA.

PÁGINA DE APROVAÇÃO

EXAMINADOR: _____

CURSISTAS:

LEUZA LIMA NUNES

MARIA DA GLÓRIA FRANCISCA BRANDÃO

MARIA MADALENA SILVA DE OLIVEIRA

ROSILDA GOMES CUNHA

CURSO: PEDAGOGIA – HABILITAÇÃO PARA PROFESSORES DAS SÉRIES
INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

TÍTULO DO TRABALHO: “A ESCOLA E O TRABALHO INFANTIL: UM ESTUDO DE
CASO NO MUNICÍPIO DE PIRITIBA”

PARECER:

NOTA:

ASSINATURA

2001.

AGRADECIMENTOS

Neste momento é imprescindível tornar memorável a participação honrosa...

Do Autor da vida por nos corroborar da vitalidade necessária para lembrarmos da sua palavra quando diz: "*Sê forte*".

Dos nossos pais e cônjuges, pela sensibilidade de acrescentar para si encargos tão singelos quanto cuidar da nossa prole.

Dos nossos filhos pela capacidade de criar algo novo que suprisse (temporariamente) a nossa ausência.

Dos nossos amigos, pela compreensão ao notar que o nosso tempo foi restringido, mas que a amizade não foi abalada.

Dos nossos professores, pelo brado de quem instaurou novos caminhos a serem permeados.

Do orientador Carlos Zacarias F. de Sena Júnior, pela sublimidade com a qual monitorou o nosso trabalho.

Da coordenadora do núcleo, Jorima Valoz dos Santos, pelo apoio e auxílio concedidos.

Meras palavras são imponentes e não bastariam para exprimir a imensurável gratidão diante de gestos tão preponderantes.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	04
INTRODUÇÃO.....	06
CAPÍTULO 1 – EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL.....	10
1.1 – TRABALHO INFANTIL E ESCOLARIZAÇÃO.....	14
1.2 – A JUSTIÇA E O TRABALHO INFANTIL.....	16
1.3 – O NOVO MILÊNIO E A CRIANÇA TRABALHADORA BRASILEIRA.....	17
CAPÍTULO 2 – EXPOSIÇÃO DO UNIVERSO PESQUISADO.....	20
2.1 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	21
2.2 – ENTREVISTA DOS ALUNOS.....	22
2.3 – ENTREVISTA DOS PAIS.....	29
CAPÍTULO 3 – IMPRESSÕES SOBRE A REPETÊNCIA E A EVASÃO NA ESCOLA... 38	
3.1 – ENTREVISTA DOS ALUNOS REPETENTES.....	38
3.2 – ALUNOS EVADIDOS	43
CAPÍTULO 4 – CONCLUSÃO.....	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	53
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

A idéia desse projeto surgiu a partir da constatação de um fato – o trabalho infantil – identificado como questão que se tem observado constantemente e que pode ser o fator responsável por sérios problemas educacionais como falta de freqüência, baixo rendimento, reprovação, evasão escolar, etc, a permanência do trabalho infantil em determinadas sociedades tem gerado uma população iletrada e ou repleta de analfabetos funcionais. Constituindo-se um processo de reprodução do ciclo da pobreza, pois a maior parte das criança que trabalham prejudicam seu desenvolvimento, por não estudarem em condições adequadas, o que ocasiona um baixo rendimento na escola, o trabalho infantil produz indivíduos pouco qualificados ou absolutamente desqualificados. Ainda mais pobres, estes jovens trabalhadores perdem as chances de concorrerem a uma colocação digna no mercado de trabalho quando adulto.

Diante de uma sociedade tão dividida onde o índice de exclusão é altíssimo, questiona-se acerca das boas intenções daqueles que detêm o poder, e ocupam o po governos quando estes afirmam que para a criança é melhor estar na escola garantindo seu acesso ao saber e à cultura. Perguntamos se este tem sido o centro da intervenção dos governantes e se investem no desenvolvimento intelectual dos que representam a parte fragilizada ou se toda omissão perceptível é uma arma para que, futuramente os frágeis não se transformem em ameaçadores.

Notamos em nossas escolas a existência de um número representativo dos problemas acima mencionados, diante dos quais sequer somos capazes de estimar o índice de prejuízos causados às nossas crianças.

As crianças que trabalham, debilitadas muitas vezes pelo cansaço físico, não dispõem de concentração necessária para o desenvolvimento cognitivo retardando desta forma a estrutura da cognição ou não conseguem conciliar as atividades que garantem a sua sobrevivência e da família com a vida estudantil abandonando a instituição escolar.

Perante tão grave e evidente situação, que salta aos olhos numa cidade pobre do sertão da Bahia, chegamos ao tema Trabalho Infantil na cidade de Piritiba, povoado de Sumaré. Através desta localidade, pretendemos identificar os meios de exclusão que garantem e perpetuam o trabalho infantil como fonte de renda de famílias pobres do sertão. A partir de tais observações, levantamos algumas hipóteses que poderão indicar o estilo de vida dessa população. Indagamos assim se essas pessoas dispuseram de oportunidades que lhes pudessem garantir a sua inclusão em um sistema de vida mais digno. Estaríamos hoje vivenciando o reflexo de um ciclo de vida marcado pelo descaso ao homem, pelo desrespeito aos seus direitos vitais? Se houvesse empenho por parte dos órgãos competentes na luta pela atenuação de um fator tão determinante para a criança que é a exploração do trabalho Infantil tal situação persistiria?

Almeja-se que em épocas vindouras novas gerações não produzam o mesmo contexto vivido pela maioria das crianças e adolescentes de hoje, inseridos num tal universo e envolvidos num certo discurso onde é legado a depreciação do eu individual

e coletivo, visto que essas crianças são alvo privilegiado de diversos projetos governamentais que não conseguiriam alterar tal situação.

Assim, deparamo-nos com a realidade do trabalho das crianças onde a situação de pobreza das famílias é a principal causa apontada quando se analisa o tema trabalho infantil. Temos outros fatores presentes na incorporação da força de trabalho: ela é a mão-de-obra dócil, barata e de fácil acesso. Dócil, porque não tem quem a defenda enquanto categoria profissional, uma vez que não pode ser filiada a entidades de classe. Barata, porque trabalha, muitas vezes, igual ou mais que o adulto e recebe menos ou nada recebe, quando muito, comida e roupas. De fácil acesso pois está quase sempre à "mão", sendo um membro da família, um parente próximo ou vizinho.

Trabalhando com seus familiares, principalmente na agricultura, onde o comum é a contratação do chefe da família ou de adultos, a criança acaba fazendo parte da produção onde seu trabalho é considerado quase sempre como "ajuda" e não trabalho propriamente dito. Neste sentido o que se deseja nesta pesquisa enfocar relatos e experiências sobre o que vem a ser trabalho.

Enfim pretendemos encontrar um caminho que nos facilite a compreensão de todo este processo de desgaste e perda. Esta proposta tem como objetivo amplo analisar as causas que levam as crianças a se dedicarem a trabalhos remunerados ou não e sua relação com a escola.

Em termos mais específicos objetivamos caracterizar o modo de vida das famílias com filhos em idade escolar no município de Piritiba, povoado de Sumaré, a fim de identificar as necessidades das famílias que têm crianças exercendo trabalho

infantil, bem como analisar o envolvimento das mesmas com a entidade escolar e investigar as perspectivas dos pais em relação à escola e ao trabalho dos filhos e sugerir possíveis soluções.

CAPÍTULO 1

EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

Inicialmente nos valeremos da definição do IBGE, e mais especificamente, da UNICEF, sobre o que é trabalho infantil.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, é trabalho:

“exercício de: a) ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou em benefícios, como moradia, alimentação, roupas, etc., na produção de bens e serviços; b) ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios, como moradia, alimentação, roupas etc., no serviço doméstico; c) ocupação sem remuneração na produção e bens e serviços, exercido durante pelo menos 1 h na semana em ajuda a membro de unidade domiciliar que tem trabalho como empregado na produção de bens primários, atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura, conta-própria ou empregador; em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; ou como aprendiz ou estagiário; d) preocupação exercida durante pelo menos 1 h na semana, na produção de bens do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura, destinados à própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar; ou na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias, exceto as obras destinadas unicamente a reforma para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar” (PNAD 1992, 1993, 1995 e 1996).

Para a UNICEF (United Nations Children's Fund) a expressão “Trabalho Infantil” abrange uma realidade complexa que deve ser analisada como ocorrências registradas ao longo de um determinado continuum e envolve formas de trabalho que não precisam necessariamente gerar impacto negativo no desenvolvimento da criança. Classificar todas as formas de Trabalho Infantil como igualmente inaceitáveis pode levar a confusões e vulgarizar o problema, tornando ainda mais difícil a eliminação de abusos cometidos contra as crianças trabalhadoras.

A UNICEF definiu em 1997, na declaração sobre o “Estatuto das Crianças no Mundo” o que é Exploração do Trabalho Infantil como sendo “abuso dos seus direitos humanos, trabalho de tempo integral e iniciado muito cedo em idade; muitas horas gastas trabalhando; trabalho que exerce excessivo estresse físico social e psicológico; trabalhar e viver nas ruas, em más condições; pagamento inadequado; responsabilidade exagerada; trabalho que atrapalha o acesso à educação; trabalho que abala a dignidade e a auto-estima da criança como escravidão, servidão ou exploração sexual; trabalho que é nocivo para o desenvolvimento social e psicológico”.

Ainda segundo a UNICEF, “o trabalho infantil está associado à pobreza e aos baixos níveis de desenvolvimento humano e social, que, por sua vez, resultam da falta de oportunidades de estudo. Os países com índices muito elevados de analfabetismo, baixos índices de crianças nas escolas e parte significativa da população em situação de miséria absoluta ou próxima disso são os países que apresentam as maiores proporções de crianças exploradas e nas piores condições de trabalho infantil. Pensar na erradicação do trabalho de crianças exige a manipulação criteriosa de muitas variáveis na controvérsia que envolve firme compromisso com programas específicos para cada região particular conseguir redução dessa forma de preservar os direitos das crianças sem exploração humana”.

Suspeita-se que sejam milhares as crianças que vivem abaixo do patamar mínimo de sobrevivência, sem sequer o direito à infância – etapa que é queimada quando são transfiguradas precocemente em adultos e obrigados a trabalhar a fim de que garantam ao término da jornada o pão de cada dia.

Estima-se que cerca de 7,7 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos continuem atuando em lavouras, carvoarias, olarias, mercado informal e ambiente doméstico e que haja 400 mil empregadas domésticas menores de 16 anos. Apesar da Constituição de 1988, na parte referente ao Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei

Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Artigo 53) determinar que 14 anos é a idade mínima para a admissão no trabalho, tal legislação não vem sendo respeitada ¹.

A exploração do trabalho infantil na maioria das vezes só é censurada quando ocorre nos setores mais humildes da população. Aliás é justamente neste setor que muitas famílias dependem da renda dos filhos para sobreviver. No entanto na televisão ou nos meios artísticos em geral a mão-de-obra infantil cresce a cada dia e a opinião pública deixa passar despercebida tal situação, aceitando as propagandas e os programas em que os protagonistas mirins encantam milhões de pessoas. Os pais dos pequenos encantadores ficam orgulhosos de terem seus filhos na tela da TV e dificilmente entendem a coisa como uma espécie de exploração injusta. Comumente encaram o estrelato como se fosse uma premiação, reforçando as atitudes do público que aceita e aplaude os programas e as propagandas adornadas por crianças. A este respeito, uma polêmica se abriu no Brasil no último período a partir da proibição do trabalho de crianças nesses meios. Seria legítimo essa forma de exploração do trabalho infantil por proporcionar ganhos vultosos, projeção nacional e glamour? A querela, que está longe do seu fim, segue aberta já que envolve poderosos meios de comunicação e pais pouco dispostos a abrir mão dos proventos dos jovens trabalhadores.

No Brasil são muitas as atividades onde um grande contingente de crianças trabalham, impelidos pelo estado de pobreza, por tradições e por outros fatores. São encontradas trabalhando em condições perigosas principalmente, na indústria e em plantações agrícolas – Jô Azevedo, através da cartilha “SERAFINA” e a Criança que Trabalha, destaca com grande propriedade as principais atividades e regiões: Em São

¹ [www.http\\trabalhoinfantil](http://trabalhoinfantil)

Paulo ele destaca "Os Meninos da Laranja", encontrados em Tabatinga e cidades do interior paulista. Elas saem de casa às cinco e meia da manhã e só voltam às oito da noite; No Mato Grosso do Sul, "Os Filhos do Carvão", crianças que a partir dos sete anos acompanham seus pais na árdua tarefa de fazer eucalipto virar carvão, transportando lenha, botando fogo e retirando carvão do forno; Em Pernambuco, "Os Meninos da Cana", encontrados na Zona da Mata, que além de cortar cana, que é um trabalho árduo e perigoso para crianças, estas viajam longas distâncias diariamente, em caminhões, até chegar ao canavial; Em São Paulo e outras grandes cidades, "Os Vendedores de Chocolate", encontrados nos vagões dos trens, nos ônibus, que se tornam verdadeiros mercados, onde se vende de tudo: água e sorvete nos dias de calor, chocolate, amendoim e biscoitos nos dias frios; Na Bahia, "As Crianças do sisal", planta que é muito cultivada no sertão, região de clima seco. Na roça eles ajudam a cuidar da lavoura a semana inteira, cortando, carregando palha, cevando ou estendendo fibras, em jornadas diárias de até 12 horas, para ganhar em média R\$ 10,00 por semana. (AZEVEDO, 1996 pp. 14 - 26).

Para o antropólogo Benedito Rodrigues dos Santos, assessor do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua e coordenador da seção brasileira da Defesa da Criança Internacional entidade com sede em Genebra, "Elas ganham pouco dinheiro agora e vão perder muito mais depois".

Tendo em vista os dados acima expostos, os quais evidenciam o alarmante número de menores que trabalham de modo irregular, infringindo as leis e em consequência disso tendo negado seus direitos à escola, não exercendo assim sua cidadania, questiona-se: a quem interessa o trabalho de milhões de crianças e

adolescentes? Por que as leis referentes aos direitos infantis não são cumpridas e os que as infringem ficam impunes? Por que não se dá condições dignas de sobrevivência aos pais, para que estes não precisem mandar seus filhos trabalharem ganhando míseros salários, sem nenhuma garantia trabalhista? Por que o trabalho do menor em muitos casos é considerado mais importante do que a escola? Onde trabalham as crianças do Povoado de Sumaré, Município de Piritiba? Como conciliam o trabalho com a escola? Seria uma tarefa difícil essa conciliação? Acreditamos que qualquer atividade de trabalho resulta, direta ou indiretamente em condições de manutenção de vida em prover o seu sustento e/ou o sustento de sua família comprometendo dessa forma sua estrutura física e psicológica.

1.1 - TRABALHO INFANTIL E ESCOLARIZAÇÃO

Um dos aspectos mais importantes do trabalho de crianças e adolescentes é a repercussão sobre a escolarização. O trabalho precoce prejudica a frequência às atividades de ensino, fazendo com que o abandono da escola também seja precoce. A associação do trabalho com a escola requer esforços adicionais por parte das crianças e adolescentes para vencer as dificuldades já inerentes ao próprio sistema escolar do país, sobretudo para os pertencentes às camadas mais pobres da sociedade.

Inúmeros professores se deparam com o problema de alguns alunos que sofrem prejuízo na escola por terem que abandoná-la para trabalhar. Toda atenção é centralizada nos alunos de 7 a 14 anos, pois para eles o trabalho infantil não é só proibido como também, oferece riscos tanto para os estudos quanto para a sua formação.

A luta entre trabalho e escola tem conseqüências imediatas por causa do impacto do trabalho antecipado das crianças sobre a evasão escolar e mais tarde sobre a sua escolaridade.

Percebemos que muitas famílias pobres ao notar a dificuldade dos filhos na escola, algumas vezes preferem retirá-los, afastando-os da entidade escolar e levá-los ao mercado de trabalho antecipadamente.

“ As crianças trabalham em condições deploráveis de exploração, o que as afasta da escola e as deixa com saúde e segurança em perigo. O custo desta situação é muito alto, tanto para as vítimas que chegam à idade adulta debilitadas, como para a sociedade, que vê, assim, degradados os seus recursos humanos”².

O trabalho infantil é uma traição a todos os direitos da criança como ser humano e uma ofensa a nossa civilização (UNICEF/1997).

² Documento da Organização Internacional do Trabalho (OIT). “A exploração do trabalho infantil”. In O Globo, 10 de janeiro de 1996, p. 24.

1.2 - A JUSTIÇA E O TRABALHO INFANTIL

O Juiz da 1ª Vara da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro, Siro Darlan, declara sua aversão a toda e qualquer espécie de exploração contra a criança e o adolescente. Inclusive, não tenta mascarar (forjar) a realidade de crianças pertencentes a famílias com poder aquisitivo estável ao afirmar que as mesmas têm seus direitos violados quando mergulham inteiramente no mundo do trabalho priorizando o status e desapreciando o desenvolvimento do cognitivo.

Mediante tal postura, inúmeras polêmicas já foram levantadas devido algumas atitudes consideradas drásticas por parte do Juiz Siro Darlan. Recentemente ele proibiu o desfile, na badalada semana Barra Shopping de Estilo, das modelos que não comprovam frequência na escola e vetou a entrada de menores no Show da banda Planet Hemp – que ele fez questão de chamar pela tradução: Planeta Maconha – No Barra... polêmico.

Ele argumenta tais atitudes afirmando cumprir a lei e proclama: *“Minha prioridade são os mais fracos e não existe ninguém mais fraco que uma criança”*³.

³ Oyama, Thais. Haja Fôlego! Revista Veja, p.96/97. 01 Ago, 2001. Editora Abril. São Paulo.

1.3 - O NOVO MILÊNIO E A CRIANÇA TRABALHADORA BRASILEIRA

Segundo dados oficiais do PNAD, o número de crianças trabalhadoras de 10 a 14 anos de idade, apresentou redução nos últimos anos. De 3,4 milhões em 1993 diminuiu para 2,5 milhões em 1998. No mesmo período, a participação desse contingente no total da população dessa faixa etária decresce de 19,6% para 14,6%. Cerca de 60% das crianças trabalhadoras atuam no setor agropecuário e a maioria pertence a famílias de baixa renda.

Entre os 5 e 9 anos de idade, o número de trabalhadores infantis reduziu-se de 526 mil para 402 mil no mesmo período, o que representa 2,6% do total dessa faixa etária. Elas trabalham em média 16,2 horas por semana e também estão ocupadas em sua maioria nas atividades agrícolas, especialmente em pequenas propriedades familiares. Nesse grupo, o percentual das crianças que sabem ler e escrever é de 45,5%. No grupo das que não trabalham, o índice é de 50%. Com relação à frequência escolar, 78,1% das trabalhadoras vão à escola, em comparação com os 89,6% das que não trabalham.

Atualmente, um dos principais projetos sociais cujo objetivo é reduzir o trabalho infantil é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que prevê apoio financeiro, por meio da bolsa criança-cidadã, a familiares da zona rural que mantenham na escola seus filhos com idade entre 7 e 14 anos. O valor mensal da bolsa varia de 25 a 50 reais. Lançado oficialmente em maio de 1996, nesse ano atende 1,5 mil crianças

empregadas nas carvoarias de 14 município de Mato Grosso do Sul. Em 1998 participaram 117,2 mil, de 140 municípios. Estão incluídas no programa áreas dos estados de Pernambuco (canaviais), Bahia (sisal e pedreiras) e Sergipe (laranjais), além dos municípios de Ariquemes, em Rondônia (garimpo), Franca em São Paulo (calçados) e da região de canaviais do Norte Fluminense.

Questionamos se é verídica a redução do número de crianças trabalhadoras apresentada pelo PNAD. Acreditamos que é de interesse das autoridades governamentais a propagação de dados que demonstre empenho por parte das mesmas no que diz respeito à superação dos problemas sociais. Sendo a exploração do trabalho infantil uma agressão ao desenvolvimento do país, convém à União posicionar-se como defensora de tal situação.

O trabalho infantil está associado à pobreza, que obriga as crianças a contribuir para o sustento da família. O combate à utilização da mão-de-obra infantil é considerado pela ONU (Organização das Nações Unidas) e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) uma das prioridades dos países em desenvolvimento, já que a infância e a adolescência devem ser dedicadas à educação e à formação psicológica e social.

No Brasil, a Constituição de 1988, determina que 14 anos é a idade mínima para a admissão no trabalho. Entre os 12 e os 14 anos, as crianças só podem atuar como aprendizes. Existe proposta de emenda constitucional do governo para tornar ilegal o trabalho de menores de 14 anos, mesmo como aprendizes. Ela é coerente com a

Convenção 138 da OIT, que proíbe o trabalho de crianças com idade inferior ao mínimo necessário para completar o ciclo escolar básico. O Brasil não assina essa convenção.

CAPÍTULO 2

EXPOSIÇÃO DO UNIVERSO PESQUISADO

Procuramos nesta pesquisa aplicar as mais eficazes estratégias que permitissem viabilizar a obtenção dos dados investigados. Após as ponderações que julgamos necessárias, chegamos à conclusão que o método mais eficaz que poderia corresponder às nossas expectativas, no sentido de obter dados para o nosso trabalho, foi a pesquisa de campo a qual foi direcionada a um total de 31 alunos e 19 pais que foram selecionados a fim de que, de forma direta, participassem do nosso trabalho científico. O instrumento utilizado foi o questionário.

Considerando necessário expandir o nosso trabalho acadêmico, nos dirigimos à Secretaria Municipal de Educação no intento de extrair, do ultimo quinquênio, o índice de evadidos e repetentes dos alunos matriculados nas instituições escolares Dom Pedro II e João Paulo II do povoado de Sumaré, município de Piritiba. Concluimos que hoje, esses indivíduos já não se enquadram mais na faixa etária em que estão inseridos o alvo considerado o âmagô (31 discentes já mencionados) para a aquisição de respostas referentes a questionamentos levantados. Porém, a curiosidade nos persuadiu a prosseguir e buscar o desvelamento da outra face do problema.

Tínhamos nos voltado apenas para aqueles que, embora enfrentando obstáculos, permanecem freqüentando uma instituição escolar, pois os mesmos fazem parte da clientela da escola na qual, na atualidade, lecionamos.

Contudo, outras questões emergiram: Continuam persistindo nos estudos, aqueles que tiveram o início da vida estudantil, marcado pela evasão e pela repetência? Em caso negativo, como o sujeito considera os danos desse problema para si? O que atribuem como principal causa do insucesso escolar?

O parecer de todos entrevistados foi utilizado como subsídio para uma abordagem preliminar sobre a problemática do trabalho infantil e, mais especificamente, sobre as atividades nas quais têm se empenhado os nossos alunos.

2.1 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Procuraremos confrontar o resultado do nosso trabalho o qual está abaixo relacionado com as hipóteses ora levantadas, as quais julgamos serem os fatores determinantes para uma vida marcada pelo fracasso na escola.

Mediante relatos mais precisos desejamos averiguar o grau de contribuição dos fatores previamente levantados bem como avaliar sua influência nas decisões que implicam em abandonar os estudos substituindo-os por outras ocupações. Acreditamos ainda, que partindo dessa análise, poderemos ampliar a nossa visão desde que deparemo-nos com novas evidências até então ignoradas, cujo afloramento será possível mediante ausência de qualquer tipo de omissão, por parte dos entrevistados ao revelarem na íntegra, em qual (is) circunstância (s) encontram-se envolvidos, quando marcas de violência os tornam excluídos, ao verificar-se que não dispõem do tempo

necessário para desenvolver as atividades escolares que poderão garantir a sua inclusão no permanente processo de valorização humana.

2.2 – ENTREVISTA DOS ALUNOS:

TABELA 01

Distribuição dos entrevistados segundo o sexo.

SEXO	TOTAL	%
Feminino	19	61,29
Masculino	12	38,71
TOTAL	31	100

FONTE: Pesquisa de campo/2001.

Referindo-se ao sexo das crianças entrevistadas, pudemos constatar que o índice de meninas é superior ao dos meninos, pois verificamos que 19 dos pequenos trabalhadores são do sexo feminino, representando 61,29% e 12 do sexo masculino o que compreende 38,71% dos entrevistados.

TABELA 02

Distribuição dos entrevistados segundo a idade.

IDADE	TOTAL	%
6 – 8	10	32,29
9 – 10	07	22,59
11 – 12	06	19,35
13 – 14	08	25,80
TOTAL	31	100

FONTE: Pesquisa de campo/2001.

Com relação à pergunta idade dos entrevistados verifica-se que 10 estão na faixa de 6 a 8 anos o que corresponde a 32,26%, sendo que 07 estão na faixa de 9 a 10 anos, representando um percentual de 22,59%. Observa-se ainda que 08 crianças, têm de 13 a 14 anos, o correspondente a 25,80% e que o índice menos representativo equivale a 19,35% que são as 06 crianças que têm entre 11 e 12 anos de idade.

QUADRO 01

Opinião dos entrevistados quanto a dificuldade de conciliação entre trabalho e estudo.

	TOTAL	%
SIM	21	67,75
NÃO	10	32,25
TOTAL	31	100

FONTE: Pesquisa de campo/2001.

Dentre os alunos entrevistados, verifica-se que 21 deles responderam que o trabalho por eles executado atrapalha seus estudos, representando assim um índice de 67,75% enquanto 32,25% o que corresponde a 10 crianças, negaram que seus estudos sejam dificultados devido a atividades por eles desenvolvidas.

QUADRO 02

Opinião dos entrevistados quanto aos fatores que os levam ao trabalho.

ALTERNATIVA	TOTAL	%
Renda familiar baixa	29	93,54
Para não depender dos pais	01	3,23
Por exigência dos pais	01	3,23
TOTAL	31	100

FONTE: Pesquisa de campo/2001.

Analisando o item que revela os motivos que levam as crianças entrevistadas a trabalharem, pudemos concluir que a renda familiar baixa é o motivo relevante no que diz respeito a inserção dos menores no mercado de trabalho. Pode-se averiguar que 93,54% dos questionados, o equivalente a 29 alunos, afirmam esta ser a causa determinante para o envolvimento em atividades trabalhistas. Reforçando o que a maioria afirmara, 3,23% dos argüidos, o equivalente a 01 aluno declarou trabalhar para não depender dos pais enquanto apenas outro, constituindo a mesma proporção revela trabalhar por exigência dos familiares.

QUADRO 03

Distribuição dos entrevistados segundo a opção entre escola e trabalho.

ALTERNATIVA	TOTAL	%
Escola	31	100
Trabalho	--	--
TOTAL	31	100

FONTE: Pesquisa de campo/2001.

Das 31 crianças questionadas a respeito da escola entre estudar e trabalhar, 100% delas disseram que gostariam apenas de estudar para obter um melhor aproveitamento na vida escolar.

TABELA 03

Distribuição dos entrevistados segundo a quantidade de horas trabalhadas diariamente.

HORAS	TOTAL	%
1 – 2	02	6,45
3 – 4	18	58,06
5 – 6	11	35,49
TOTAL	31	100

FONTE: Pesquisa de campo/2001.

Segundo declarações por parte dos entrevistados pudemos ter conhecimento de quanto tempo os mesmos envolvem-se com o trabalho durante o dia. Duas, ou seja, 6,45% das crianças, afirmaram que diariamente trabalham de uma a duas horas. Ocupa um percentual superior, constituindo 58,06% (um número de 18 crianças) as que declaram ocupar de 3 a 4 horas do seu tempo com o trabalho. Agravando ainda mais a situação do trabalho executado pelos menores, houve um percentual de 35,49%, o correspondente a 11 dos entrevistados que não hesitaram em declarar que trabalharam de 5 a 6 horas diárias.

TABELA 04

Distribuição dos entrevistados segundo a renda mensal adquirido com o trabalho por eles executado.

R\$	TOTAL	%
5,00	04	12,90
6,00	02	6,45
10,00	06	19,36
40,00	01	3,23
Ajuda a família	18	58,06
TOTAL	31	100

FONTE: Pesquisa de campo/2001.

Após a evidência de que o valor aquisitivo da família dos entrevistados não é suficiente para suprir as necessidades do lar, procuramos nos informar sobre o valor que cada menor recebe por conta das tarefas por eles efetuadas. A maioria, ou seja, 18 dos entrevistados, compreendendo 58,06%, afirmaram que o seu trabalho constitui num auxílio a familiares nas diversas atividades por eles executados. Abrangendo vários tipos de serviços: dos mais simples aos mais complexos e cansativos. Dentre os que recebem algum tipo de remuneração mensal, 19,36%, representando um número de 06 alunos, revela receber R\$ 10,00 pelo trabalho que faz no mês, enquanto 4 dos imbuídos, sendo 12,90% selecionados para essa pesquisa, disseram receber apenas a metade do que fora manifesto anteriormente pelos 6 alunos. Completando a denúncia

do valor irrisório adquirido pelos trabalhadores infantis, 6,45%, o correspondente a 2 dos entrevistados, declaram receber mensalmente, apenas R\$ 6,00. Apenas 1 entrevistado, o que equivale a 3,23%, diz ser remunerado por mês com o valor de R\$ 40,00. Ele ressalta que, com esse valor “sustenta” a família, visto que é o único da casa que trabalha com freqüência.

QUADRO 04

Opinião dos entrevistados quanto ao cansaço proveniente do trabalho executado.

	TOTAL	%
SIM	25	80,65
NÃO	06	19,35
TOTAL	31	100

FONTE: Pesquisa de campo/2001.

No que diz respeito ao grau de cansaço causado pelas tarefas nas crianças entrevistadas, nota-se que 80,65%, que representa um número de 25 alunos, consideram o trabalho exaustivo, sendo um número bastante inferior, de apenas 6 entrevistados, ou seja, 19,35% os que contradizem a opinião da maioria.

TABELA 05

Distribuição dos entrevistados de acordo com a presença ou ausência de membros da família em sua companhia na execução do trabalho.

	TOTAL	%
SIM	31	100
NÃO	--	--
TOTAL	31	100

FONTE: Pesquisa de campo/2001.

Este item visa apresentar os dados sobre os alunos que têm algum membro da família na mesma atividade que ele, representando assim um percentual de 100% onde os entrevistados representam um número de 31 alunos.

2.3 – ENTREVISTA DOS PAIS

TABELA 01

Distribuição dos entrevistados segundo o número de pessoas que moram na casa.

QUANTIDADE	TOTAL	%
3 – 4	05	26,32
5 – 6	06	31,58
7 – 6	08	42,10
TOTAL	19	100

FONTE: Pesquisa de campo/2001.

Ao questionar-se sobre a quantidade de pessoas residentes no lar dos entrevistados, pôde-se averiguar que 42,10%, índice que corresponde a um total de oito dos argüidos, revela que o número de moradores da casa é de 7 a 8 pessoas. Um percentual de 31,58%, inferior ao acima demonstrado manifesta a revelação de 06 indivíduos quando dizem que há na sua residência um total de 5 a 6 pessoas. Reduzindo ainda mais o índice, nota-se que no lar de 5 pessoas, o correspondente a 26,32% há um total de 3 a 4 moradores.

TABELA 02

Distribuição dos entrevistados quanto ao número de pessoas da família que trabalham.

QUANTIDADE	TOTAL	%
2 – 3	11	57,89
4 – 5	08	42,11
TOTAL	19	100

FONTE: Pesquisa de campo/2001.

Explorando as possíveis fontes que viessem notificar a quantidade de pessoas que colaboram com a renda familiar dos entrevistados, percebe-se que a maioria declara sustentar os familiares apenas com a ajuda de 2 a 3 dos seus membros. Declaração esta que abrange 11 pessoas, ou seja, 57,89% dos pais selecionados para a entrevista. A minoria, 42,11%, o que corresponde a 8 pessoas, afirmam contar com o auxílio de 4 a 5 pessoas nas despesas da casa.

QUADRO 01

Distribuição dos entrevistados segundo a possibilidade renda familiar suprir as necessidades da família

	TOTAL	%
SIM	--	--
NÃO	19	100
TOTAL	19	100

FONTE: Pesquisa de campo/2001.

O número de pais entrevistados, o que corresponde a um total de 19 pessoas responderam que a renda familiar é insuficiente para o sustento da família. Conclui-se que o resultado é equivalente a um índice de 100% dos entrevistados.

QUADRO 02

Distribuição dos entrevistados de acordo com a inserção ou não de filhos menores no mundo do trabalho.

	TOTAL	%
SIM	18	94,73
NÃO	01	5,27
TOTAL	19	100

FONTE: Pesquisa de campo/2001.

Dos entrevistados, 94,73% que corresponde a um total de 18 pessoas, declaram que seus filhos menores trabalham para ajudar no orçamento familiar. Apenas 1 (5,27%) nega a existência de filhos menores trabalhando para ajudar no orçamento.

QUADRO 03

Opinião dos entrevistados quanto ao grau de cansaço provocado nos menores que trabalham.

ALTERNATIVA	TOTAL	%
Pouco cansativo	08	42,10
Cansativo	07	36,85
Muito cansativo	03	15,79
Extremamente cansativo	01	5,26
TOTAL	19	100

FONTE: Pesquisa de campo/2001.

Almejando obter a opinião dos pais a respeito do trabalho executado pelos filhos menores, especificamente em se tratando do grau de estresse causando pelo mesmo, nos surpreendemos ao ouvir os 42,10% dos entrevistados que equivale a oito pessoas, relatar que a tarefa com a qual seus filhos se envolvem é pouco cansativa. Um número também considera representativo, por exprimir a opinião de 36,85% de todos os questionados, o que corresponde a um total de sete pessoas, admitiu que o cansaço físico torna-se notório durante o envolvimento dos menores com o trabalho efetuado.

Dos demais que expressaram a sua opinião, 15,79%, o que retrata o parecer de três pais, declarou ser muito cansativa a atividade por seus filhos realizada e 5,26%, demonstra que um pai considera extremamente cansativa a tarefa na qual o filho menos está imbuído.

QUADRO 04

Opinião dos entrevistados quanto a dificuldade enfrentada pelos filhos na escola.

	TOTAL	%
SIM	10	52,64
NÃO	09	47,36
TOTAL	19	100

FONTE: Pesquisa de campo/2001.

Dos pais que participaram da entrevista 10 (52,64%), responderam que o trabalho executado pelos filhos acarreta prejuízos na vida escolar dos mesmos. Enquanto isto, 9 (47,36%) declaram que o trabalho não interfere nos estudos dos filhos.

QUADRO 05

Opinião dos entrevistados quanto ao incômodo causado a si próprios perante o trabalho dos filhos.

	TOTAL	%
SIM	13	68,43
NÃO	06	31,57
TOTAL	19	100

FONTE: Pesquisa de campo/2001.

Após alguns questionamentos, notamos que há um perceptível incômodo por parte de 68,43% dos precursores. Treze dos entrevistados lamentaram o fato de seus filhos necessitarem trabalhar para ajudar na manutenção do lar. Paradoxalmente, 31,57% o que consta de seis pessoas, não expressaram na sua fala nenhum tipo de constrangimento em face a realidade do trabalho do menor.

QUADRO 06

Distribuição dos entrevistados quanto ao número de acidentes ocorridos durante as atividades trabalhistas dos filhos.

	TOTAL	%
SIM	02	10,53
NÃO	17	89,47
TOTAL	19	100

FONTE: Pesquisa de campo/2001.

Neste item, responderam já ter acontecido acidente com seus filhos no local de trabalho, apenas dois (10,53%) e declaram não ter ocorrido acidente no local de trabalho 17 pessoas entrevistadas, o que equivale a 89,47%.

QUADRO 07

Distribuição dos entrevistados de acordo com as providências tomadas em caso de acidentes no trabalho.

	TOTAL	%
SIM	02	100
NÃO	--	--
TOTAL	02	100

FONTE: Pesquisa de campo/2001.

Dos dois entrevistados que confirmaram a existência do problema descrito na tabela anterior, ambos disseram ter sido tomadas as devidas providências em caso de acidente durante o trabalho.

QUADRO 08

Distribuição dos entrevistados diante do questionamento quanto ao trabalho realizado por eles fora de casa.

	TOTAL	%
SIM	18	94,73
NÃO	01	5,27
TOTAL	19	100

FONTE: Pesquisa de campo/2001.

Dos 19 entrevistados, dezoito (94,73%), responderam que quando acham trabalho, exercem o mesmo fora das dependências do lar. Apenas um (5,27%) declarou não trabalhar fora do lar.

QUADRO 09

Distribuição dos entrevistados quanto a responsabilidade do lar durante a sua ausência.

ALTERNATIVA	TOTAL	%
Filhos menores	16	84,22
Outras pessoas da família	03	15,78
TOTAL	19	100

FONTE: Pesquisa de campo/2001.

Ao constatar que todos os entrevistados se ausentam de casa para lutar pela manutenção da família, tentamos instigá-los a declarar quem exerce os trabalhos domésticos diante da sua ausência. A maioria confirmando as nossas suspeitas, quando 84,22%, dezesseis do total, declaram que os filhos menores são responsabilizados a assumir as tarefas do lar durante o período em que se afastam para trabalhar. Um número de três pessoas 15,78% disseram ser outras pessoas da família, exceto os filhos menores, os responsáveis indiretos pela casa.

CAPÍTULO 3

IMPRESSÕES SOBRE A REPETÊNCIA E A EVASÃO NA ESCOLA

Os resultados abaixo revelam o posicionamento de crianças, adolescentes e jovens que foram interrogados acerca de como se sentem por terem forçadamente se isentado da escola (ainda que temporariamente). O questionário compreende teses que permitirão aos entrevistados externar colocações pertinentes no que diz respeito aos problemas por eles enfrentados ao tentar conciliar escola e trabalho ou quando assumiram a responsabilidade trabalhista, tornado em detrimento a vida educacional.

Em suma, aspiramos a partir das informações colhidas, estimar o número dos que continuam estudando bem como o número daqueles que, agredidos pela vida foram desestimulados e pressionados a incluir-se no mundo dos desistentes da escola.

3.1 – ENTREVISTA DOS ALUNOS REPETENTES

TABELA 01

Distribuição dos entrevistados segundo o sexo dos alunos repetentes

	TOTAL	%
Feminino	08	38,10
Masculino	13	61,90
TOTAL	21	100

FONTE: Pesquisa de campo/2001.

Levando-se em conta o total dos repetentes entrevistados, constatamos que 38,10% o equivalente a um total de 08 são crianças do sexo feminino e 61,90% somando 13, são crianças do sexo masculino.

TABELA 02

Distribuição dos entrevistados segundo a idade dos alunos repetentes.

IDADE	TOTAL	%
8 – 9	04	19,04
10 – 11	05	23,80
12 – 13	04	19,04
14 – 15	06	28,60
17 – 18	02	9,52
TOTAL	21	100

FONTE: Pesquisa de campo/2001.

Comparando a idade dos entrevistados marcados pela repetência, detectamos que o índice menos representativo é de 9,52% e que corresponde a dois indivíduos que hoje têm entre 17 e 18 anos. Notamos que o dobro de alunos têm de 08 a 09 anos e a mesma quantidade, de 12 a 13 anos de idade, constituindo um total, para ambos de 19,04%. Percebemos um acréscimo nos que estão inseridos na faixa etária de 10 a 11 anos, ao averiguar que o total é de 05 (23,80%). O número dos que têm entre 14 e 15 anos é superior, pois na amostra, pôde-se observar um percentual de 28,60% apontando um total de 06 indivíduos.

QUADRO 01

Fatores apontados como principais causadores da repetência.

	TOTAL	%
Trabalho	16	76,20
Doença	01	4,76
Falta de interesse	03	14,28
Deficiência	01	4,76
TOTAL	21	100

FONTE: Pesquisa de campo/2001.

Identificando o elevado índice de repetência em nossa escola e pretendendo atribuir as devidas causas a esta situação de fracasso, resolveu-se averiguar as razões efetivas que traçaram tantos retrocessos. Não nos surpreendemos ao constatar que 76,20%, integrando 16 dos questionários admitiram ter sido o trabalho precoce a causa determinante para a sua falta de êxito nos estudos; 3 (14,28%) não hesitaram em declarar que a falta de interesse desencadeou em alguns anos de repetência. Um dos argüidos, disse ter sido a falta de saúde, o principal empecilho na sua vida escolar e um outro atribuiu à sua deficiência física o obstáculo relevante, para os seus estudos. Cada um representando 4,76% de todos os entrevistados.

TABELA 03

Distribuição dos entrevistados segundo a quantidade de repetência.

QUANTIDADE	TOTAL	%
1 – 2	14	66,66
3 – 5	04	19,05
6 – 7	03	14,29
TOTAL	21	100

FONTE: Pesquisa de campo/2001.

Dos vinte e um questionados sobre quantas vezes foram conservados na mesma etapa quatorze (66,66%) disseram que por duas vezes cursaram a mesma série. Enquanto quatro (19,05%) responderam que foram repetentes de 3 a 5 vezes e três (14,29%) afirmaram repetir o mesmo curso de 6 a 7 anos.

QUADRO 02

Opinião dos entrevistados quanto à motivação para os estudos após a repetência.

	TOTAL	%
Desmotivados	15	71,42
Motivados	06	28,58
TOTAL	21	100

FONTE: Pesquisa de campo/2001.

Ao apurar o que os entrevistados pensam a respeito da influência negativa da repetência em sua vida, a amostra deixa nítido que a maioria, 71,42% integrando 15 pessoas têm consciência da falta de estímulo aos estudos causada pelas constantes repetências. Um número de 06 pessoas, o que corresponde a 28,58%, nega que o seu fracasso escolar tenha lhe desmotivado a prosseguir a carreira escolar.

TABELA 05

Distribuição dos entrevistados quanto à continuidade dos estudos.

	TOTAL	%
Continuam estudando	18	85,71
Interrompem os estudos	03	14,29
TOTAL	21	100

FONTE: Pesquisa de campo/2001.

Pretendemos nesta questão averiguar quantos dos alunos repetentes ainda perseveraram nos estudos. Disseram continuar os estudos 85,71% constando 18 dos entrevistados e 14,29% sendo apenas 03, argumentaram que a falta de estímulo devido a alguns anos de repetência foi o fator determinante para a sua fuga da escola.

3.2- ALUNOS EVADIDOS

TABELA 01

Distribuição dos entrevistados segundo o sexo dos alunos evadidos.

	TOTAL	%
Feminino	04	30,76
Masculino	09	69,24
TOTAL	13	100

FONTE: Pesquisa de campo/2001.

Dentre os entrevistados, podemos concluir que o maior número de alunos evadidos foi do sexo masculino (09) correspondendo a um percentual de 69,24% enquanto que no sexo feminino (04) tivemos apenas 30,76%.

TABELA 02

Distribuição dos entrevistados segundo a idade dos alunos evadidos.

	TOTAL	%
10 – 11	04	30,77
14 – 15	02	15,38
16 – 17	04	30,77
18 – 19	03	23,08
TOTAL	13	100

FONTE: Pesquisa de campo/2001.

Ao analisar a tabela referente à idade dos entrevistado, evidencia-se que o número dos que estão na faixa etária de 10 a 11 anos equivale a 30,77% abrangendo 04 das pessoas selecionadas. O mesmo percentual abrange as pessoas que têm entre 16 a 17 anos de idade. Nota-se uma redução no total dos que já possuem uma idade mais avançada, ao ver que o percentual de 23,08% implica apenas três pessoas. Um decréscimo ainda mais notável evidenciou que apenas 02 pessoas 15,38% estão na faixa de 14 a 15 anos.

QUADRO 01

Opinião dos entrevistados quanto aos fatores que os levaram a desistirem da escola

	TOTAL	%
Trabalho	12	92,30
Deficiência	01	7,70
TOTAL	13	100

FONTE: Pesquisa de campo/2001.

Investigando a respeito do(s) motivo(s) que ocasionou a desistência da escola, 92,30% constando um número de 12 pessoas, declarou ter sido o fator trabalho, a causa que provocou o seu abandono aos estudos, enquanto 7,70% - um dos argüidos, alegou ter sido a deficiência física o principal empecilho que o impediu a dar continuidade a sua vida escolar.

TABELA 03

Distribuição dos entrevistados quanto ao número de anos que permaneceu evadido da escola devido ao trabalho.

QUANTIDADE	TOTAL	%
1	01	7,69
2	03	23,07
3	05	38,47
4	04	30,77
TOTAL	13	100

FONTE: Pesquisa de campo/2001.

Discorrendo sobre os anos marcados pela mancha da evasão na vida de alguns alunos obtivemos a informação de que 01 aluno (7,69%) evadiu apenas um ano, enquanto 03 alunos (23,07%) desistiram por dois anos consecutivos. Um percentual superior, de 38,47%, atingindo 05 alunos, disse ter evadido por 03 vezes e um índice de 30,77% - 07 dos entrevistados, abandonou os estudos exatamente por 04 vezes.

TABELA 04

Distribuição dos entrevistados quanto a possibilidade de conciliar trabalho e escola.

	TOTAL	%
Possibilidade	--	--
Impossibilidade	13	100
TOTAL	13	100

FONTE: Pesquisa de campo/2001.

Questionados a respeito da probabilidade de conciliação entre trabalho e escola, os 13 entrevistados, 100% do total, afirmaram ter sido impossível essa harmonia.

QUADRO 02

Opinião dos entrevistados quanto aos prejuízos de terem abandonado os estudos.

	TOTAL	%
Consideram-se prejudicados	13	100
Não se consideram prejudicados	--	--
TOTAL	13	100

FONTE: Pesquisa de campo/2001.

Após refletirem sobre os danos causados na vida mediante a necessidade de trabalhar ficando a parte dos estudos 100%, da clientela (13 pessoas) argüida lamentou profundamente as perdas evidentes no contexto em que se encontram pois, para eles as oportunidades da vida lhes foram podadas.

QUADRO 03

Opinião dos entrevistados quanto à situação.

	TOTAL	%
Consideram normal	01	7,69
Consideram séria	05	38,46
Consideram muito séria	07	53,85
TOTAL	13	100

FONTE: Pesquisa de campo/2001.

Pensando na deplorável situação na qual estão inseridos hoje – sem trabalho e sem educação, (53,85%) o que corresponde à maioria dos entrevistados, imbuindo 07 pessoas disseram considerar seríssima esta situação, enquanto (38,46%) o equivalente a 05 pessoas manifestaram ser sério o fato de terem perdido a oportunidade de estudar e hoje, encontrarem-se desprovidos de educação e ao mesmo tempo de trabalho. Apenas 01 questionado (7,69%), disse considerar normal viver sem educação pois, a atividade que executa não lhe exige que seja uma pessoa letrada.

TABELA 05

Distribuição dos entrevistados quanto ao retorno aos estudos

	TOTAL	%
Retornaram	05	38,46
Não retornaram	08	61,54
TOTAL	13	100

FONTE: Pesquisa de campo/2001.

Para o desfecho da nossa pesquisa buscamos saber dos entrevistados se persistem ou não na escola. Um total de 38,46%, o que equivale a 05 dos argüidos disse continuar os estudos, mesmo consciente da defasagem e a maioria 61,54%, um total de 08 relatou ser impossível persistir em estudar.

Capítulo 4

CONCLUSÃO

Ao ponderar as informações colhidas a fim de que as mesmas elucidassem os índices preconcebidos, constatou-se que o que fora revelado estava em consonância com a maioria das hipóteses levantadas. O pesar tornou-se notável no semblante e no discurso dos que lamentaram ter interrompido o processo educacional da sua vida em função da luta pela sobrevivência. Segundo eles, não houve opção: o seu caminho foi traçado pela vontade de continuar a viver. A totalidade dos entrevistados disse que se tivesse encontrado alternativa, teria optado pelos estudos.

Impossibilitados de dedicarem-se inteiramente à vida estudantil, continuaram mesclando a sua infância com máculas que ainda não foram removidas por tornar patentes, adversidades que anularam a oportunidade de “crescer”, “vencer” e “ser alguém na vida” - relatou um dos solicitados a falar. Alguns, mesmo conciliando trabalho e escola, apresentaram o cansaço físico como o principal vilão que tem contribuído para o insucesso na escola, acrescentando que o tempo limitado, também tem se constituído empecilho para o êxito como aprendiz.

Ao discorrer sobre a realidade que exige a inserção precoce dos filhos no universo do trabalho, isentando-os de percorrer etapas fundamentais para o pleno desenvolvimento do homem, a maioria dos pais demonstrou inquietar-se por presenciar os menores imbuídos em tarefas que, segundo eles, interferem no seu crescimento como pessoa, quando os separa da escola ou influencia de forma negativa seu

rendimento escolar. Uma minoria, no entanto diz que o comprometimento dos filhos com tarefas, por ela consideradas pouco cansativas, é necessário para ajudar nas despesas da casa, visto que, mesmo com o complemento vindo do menor, a renda familiar permanece insuficiente para suprir as necessidades do lar.

A situação apresenta ser ainda mais drástica para os pais que têm filhos feridos devido a acidentes no trabalho. Expressaram que desejam um dia não ser mais necessário expô-los a situações perigosas, deixando-os à mercê de danos tão graves. Os pais que foram atendidos pelo programa Bolsa Escola, vêem nesta medida, uma parcela de auxílio financeiro que minimizará o problema que afeta a família, onde menores se desgastam trabalhando e são forçados a encarar a escola como algo elementar.

Uma abordagem minuciosa do assunto que serviu de via para nossa pesquisa nos fez defrontar com verdades profundas explícitas na mais importante obra de Paulo Freire – “A Pedagogia do Oprimido”. Encontramos nesta obra respaldo para o desfecho do tema que, embora em primeira instância não implique grandes prejuízos, tem sido empecilho para inúmeras crianças envolverem-se nas atividades escolares de forma compenetrada.

Omitir os danos que tal situação tem gerado, seria discordar de Paulo Freire quando ele diz:

“Inauguram a violência os que oprimem, os que exploram, os que não se reconhecem nos outros. inauguram o desamor, não os desamados, mas os que não amam, porque apenas se amam. Os que inauguram o terror não são os débeis, que a ele são submetidos, mas os violentos que, com seu poder, criam a situação concreta em que se geram os ‘demitidos da vida’, os esfarrapados do mundo”.

O trecho acima citado tem todo o nosso apreço, pois consideramos o homem como produto e ao mesmo tempo produtor da história que não se constitui algo inato, mas sim o resultado da intervenção humana.

Privar uma criança dos seus sonhos, de dar um passo que a aproxime da conquista dos seus anseios implica na criação de obstáculos, aniquilar as oportunidades para a construção de um contexto histórico que assegure a afirmação de que a realidade não é estanque e que, portanto só perdurará enquanto não houver ações que desestruam, ainda que gradativamente o perfil de uma sociedade incoerente, onde as desigualdades exterminam esperanças, gerando opressores e oprimidos, hierarquizando dessa forma, os compositores de uma obra tão ilimitada, por jamais constituir-se inteiramente completa que é a história, onde uns ostentam a flâmula de historiadores e outros tornam-se convencidos de que são meros objetos de exploração. Afinal como afirma Marx, *“Não há história sem homens, como não há uma história para os homens, mas uma história de homens, que, feita por eles, também os faz”.* MARX, apud FREIRE.

Procuramos através de alguns referenciais teóricos fortalecer os ideais que outorgam à criança o direito de viver plenamente a sua infância, permanecendo inserida numa instituição escolar que a acolha e a oportunize o desenvolvimento do cognitivo oferecendo e ou garantindo a sua inserção no processo de construção histórica. Almeja-se que uma vez compenetrada, a clientela escolar posicione-se como agente valoroso que não cessa de buscar o aprimoramento.

Tornando inviável a trajetória, o fato de existir desencadeará no que diz Paulo Freire: *“Não há vida sem morte, como não há morte sem vida, mas há também uma ‘morte em vida’. E a ‘morte em vida’ é exatamente a vida proibida de ser vida”*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Jô; HUZAK, Iolanda; PORTO, Cristina. Serafina e a Criança Que Trabalha. São Paulo, Ática 2001.

GRUNSPUN, Haim. O trabalho das crianças e dos adolescentes. São Paulo, LTr, 2000.

Guia da Cidadania – Almanaque Abril, 2001 – Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, artigo 53.

<http://WWW.Ibge.gov.br>

http://www.trabalho_infantil.hpg.com.br

OYAMA, Thaís. Haja Fôlego! Revista Veja, pp 96/97, 01 aog, 2001. Editora Abril. São Paulo

Revista da CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e CUT – Central Única dos Trabalhadores, (1998) Lugar de Criança é na Escola.

Revista UNB – Edição Especial – julho 2000 Ciência & Exclusão social.

Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”.

Trabalho Infantil, desafio a sociedade: Avaliação do programa de erradicação do trabalho infantil no período de 96 a 97. São Paulo/EF-PUC-SP. 1990. Coordenadora Marta Silva Campos.

UNICEF (1997), Situação Mundial da Infância, Brasília.

ANEXOS

ENTREVISTA PARA O ALUNO

1- Sexo do entrevistado:

() Feminino

() Masculino

2- Idade do entrevistado:

() 6 – 8

() 9 – 10

() 11 – 12

() 13 - 14

3- O seu trabalho tem dificultado ou impedido o seu estudo?

() Sim

() Não

Por quê?

4- O principal motivo que o leva a trabalhar é:

a- () renda familiar baixa

b- () para não depender dos pais

c- () por exigência do pai (mãe)

d- () outra. Qual?

5- Se pudesse escolher optaria:

() pela escola

() pelo trabalho

6- Quantas horas trabalha por dia?

() 1 – 2

() 3 – 4

() 5 - 6

7- Quanto recebe mensalmente pelo trabalho que faz?

R\$ 5,00

R\$ 6,00

R\$ 10,00

R\$ 40,00

8- Você considera o seu trabalho cansativo?

Sim

Não

Por quê?

9- Há mais alguém da sua família que trabalha na mesma atividade que você?

Sim

Não

Quem?

pai

mãe

irmãos

ENTREVISTA PARA OS PAIS

1- Número de pessoas que moram em sua casa:

3 – 4

5 – 6

7 – 8

2- Quantidade de pessoas que trabalham:

2 – 3

4 - 5

3- A renda familiar é suficiente para as despesas da casa?

Sim

Não

Em torno de quanto é a despesa mensal da casa?

4- Atualmente há algum filho seus menor, trabalhando para ajudar no orçamento da casa?

Sim

Não

Quantos?

5- O que você acha da tarefa executada por seu filho?

pouco cansativa

cansativa

muito cansativa

não é cansativa

extremamente cansativa

6- Você acha que o trabalho do seu filho tem atrapalhado a sua vida na escola?

Sim

Não

Por quê?

7- Você sente-se incomodado em saber que o seu filho precisa trabalhar para contribuir com as despesas do lar?

Sim

Não

Por quê?

8- Já houve algum tipo de acidente ocorrido durante o trabalho?

Sim

Não

9- As devidas providências foram tomadas?

Sim

Não

10- Você também trabalha fora de casa?

Sim

Não

11- Ficando ausente de casa quem toma conta da mesma?

filhos menores

outras pessoas da família

vizinhos

esposa (o)

outra. Qual?

ENTREVISTA

REPETÊNCIA

1- Sexo:

Masculino

Feminino

2- Idade:

8 – 9 ()

12 – 13 ()

17 – 18 ()

10 – 11 ()

14 – 15 ()

3- Qual o principal fator que contribuiu para sua repetência?

Trabalho ()

Doença ()

Deficiência física ()

Falta de interesse ()

4- Durante a sua vida escolar quantas vezes você foi conservado na mesma série?

1 – 2 ()

3 – 5 ()

6 – 7 ()

5- O fato de ter sido aluno repetente lhe desmotivou a continuar os estudos?

Sim

Não

6- Você estuda na atualidade?

Sim ()

Não ()

ENTREVISTA

EVADIDOS

1- Sexo:

Masculino

Feminino

2- Idade:

10 – 11

14 – 15

16 – 17

18 – 19

3- Qual o principal motivo que o levou a desistir da escola?

4- Quantos anos você evadiu, devido a necessidade de trabalhar?

1 ano ()

2 anos ()

3 anos ()

4 anos ()

5- Na sua opinião não houve possibilidade de conciliar escola e trabalho? Por quê?

Sim

Não

6- Você considera prejuízo para você o abandono aos estudos?

Sim ()

Não ()

7- Você considera esta situação:

Normal ()

Séria ()

Muito séria ()

8- Você estuda na atualidade?

Sim ()

Não ()





